IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade
V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

INVISIBILIDADE DA MULHER NA HISTÓRIA: efeios do patriarcado e misoginia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Eixo Temático: corpo, gênero e educação

Ana Karla Menezes de Souza [1]
Viviane Brás dos Santos [2]

RESUMO

O presente artigo foi elaborado com o intuito de refletir sobre a invisibilidade da mulher na história, suas causas e consequências. Isto posto, proponho analisar de que forma a misoginia e o patriarcado influenciaram e, ainda hoje influenciam para que as mulheres sejam oprimidas e invisibilizadas no currículo escolar. A partir de pesquisas qualitativas e narrativas autobiográficas demonstro com minha própria experiência que a escola, de diversas maneiras, contribui para que meninas sejam violentadas de diferentes formas. Partindo da análise da minha trajetória enquanto discente do Anos Iniciais do Ensino Fundamental, penso que a escola como ambiente de aprendizagem, deveria desnaturalizar atitudes vistas misóginas dentro dos seus muros, bem como, atualizar sua metodologia e seu currículo, uma vez que estes últimos são reflexos de uma cultura patriarcal e machista. As (os) profissionais da educação devem pensar em formas de trabalhar o desenvolvimento integral do ser humano, sem castrar ou oprimir comportamentos femininos fora dos padrões impostos pela sociedade. Ao final deste trabalho, concluo que a educação é o principal caminho na luta contra estereótipos e práticas violentas presentes na cultura. Portanto, é necessário que as escolas e os livros didáticos deem mais visibilidade às mulheres, à sua história, às suas lutas. Assim, será possível construir, aos poucos, uma nova realidade, a qual o patriarcado ficará no passado. Sabemos que isto não ocorrerá de forma repentina, mas, se diariamente, for trabalhado, conseguiremos essa conquista. A partir do conhecimento das nossas antepassadas, podemos nos reconhecer em suas lutas, podemos nos inspirar, por isso, defendo a importância da visibilidade das mulheres nos livros didáticos e em todo currículo. Não apenas como mães, filhas, esposas e amantes, mas, também, como as verdadeiras protagonistas que foram como fazendeiras, advogadas, dentro da política, agricultoras, parteiras, rezadeiras, mobilizadoras sociais.

Palavras-chave: Misoginia, Invisibilidade, Patriarcado, Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

[1] Formada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Bahia, *Campus* VII. anak2707@gmail.com;
[2] Docente do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Bahia, *Campus* VII. vivianebras.pedagogia@gmail.com;

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da existência humana surgiram diversas culturas, algumas sumiram e outras perpetuaram suas características para as gerações seguintes. Mas, há algo de semelhante que pode ser encontrado na maioria das etnias: a misoginia. Esta se configura como "ódio ou aversão a mulheres ou meninas e que pode se manifestar de várias maneiras, incluindo a discriminação sexual, violência e objetificação sexual das mulheres" (Carvalho e Moterani, p. 167, 2016). Tal aversão, é responsável, também, pela invisibilização da mulher na história.

Essa invisibilidade feminina na história acontece também na escola, pois não é raro que observemos uma ausência de conteúdos que narrem lutas femininas e grandes realizações feitas por mulheres. No decorrer da história, as mulheres sempre foram consideradas inferiores e indignas de receber qualquer reconhecimento e valor. Na escola, quando adentrei os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a opressão que nós, meninas, sofríamos, acontecia de forma escancarada.

Os Anos Iniciais do Ensino Fundamental representam o momento em que as crianças passam a adquirir autonomia, começam a ter a capacidade de estudar assuntos mais complexos, assim como procuram seus lugares no mundo. Entretanto, paradoxalmente, a partir desse período, as atitudes femininas começam a ter peso para a sociedade, no que diz respeito ao caráter daquelas que as tomam, ou seja, as meninas.

Considero este tema de extrema relevância, pois, na minha trajetória escolar, não tive a oportunidade de conhecer aquelas que lutaram por direitos que hoje, nós mulheres, possuímos o usufruto de ter. De igual importância é conhecermos a história completa da humanidade, a parte que concerne às mulheres, para que dessa forma, possamos criar uma sociedade mais justa e igualitária.

Partindo dessa temática, surge a questão: de que maneira a misoginia e o patriarcado contribuem para a invisibilidade histórica da mulher na escola? A partir desta questão, me proponho a analisar as consequências da misoginia, do patriarcado e da invisibilidade histórica da mulher nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a partir de narrativas autobiográficas.

Academicamente, considero essa temática relevante, pois é de extrema importância que a sociedade, inclusive acadêmica e principalmente as mulheres, conheçam não só a parte da história que convém ao sistema patriarcal. Através de instituições que formem profissionais da educação capazes de ter uma ampla visão da história, que inclua todos e todas que dela participaram, é possível modificar os currículos escolares, de forma a torná-los mais inclusivos.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Diante da temática acima apresentada, neste artigo, utilizo como perspectiva metodológica a pesquisa qualitativa. Em razão de tal modelo se configurar como uma das possibilidades de estudar o ser humano e suas relações sociais, minunciosamente, em diversos ambientes. Uma vez que segundo Godoy (1995, p.23): “Nesta análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas e/ ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tomados em consideração.”.

Dentro das pesquisas qualitativas, o tipo de pesquisa que adotei foram as narrativas autobiográficas, pois a partir das mesmas é possível analisar minha própria trajetória e as violências que sofri enquanto mulher estudante dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, dado que:

> As narrativas de formação expressas em diários autobiográficos demarcam um espaço onde o sujeito, ao selecionar aspectos da sua existência e tratá-los através da perspectiva oral e escrita, organiza suas ideias e potencializa a reconstrução da sua vivência pessoal e profissional de forma auto-reflexiva como suporte para construção de sua itinerância vivida. Provocam, também, uma reflexão sobre si mesmo e os outros, caracterizando-se como uma excelente estratégia de formação. (Souza, 2004, p.15)

Portanto, esta pesquisa se baseia nas minhas vivências enquanto estudante dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental à medida que fui mais uma invisibilizada perante uma misoginia esmagadora presente na sala de aula. Tendo como lócus desta pesquisa o colégio onde estudei, no qual vivenciei e observei diversas situações consequentes do preconceito de gênero, dessa forma, me colocando como sujeito desta investigação.

Misoginia e a dívida feminina

Cabe apontar que, etimologicamente, a palavra "misoginia" surgiu a partir do grego misogynia, ou seja, a união das partículas “miseó”, que significa "ódio", e gyné, que se traduz para “mulher”.” (Cunha, 2007, p. 386, 524). Por estar presente em quase todas as sociedades, tal sentimento foi responsável pela morte de milhares de mulheres e a invisibilização de tantas outras ao longo dos séculos.

A misoginia é uma prática preconceituosa que liga sociedades e gerações. Pois não é raro que observemos, desde textos sagrados até filosóficos, mulheres sendo culpadas por alguma coisa, essa culpa é antiga, “especialmente em virtude da influência grega que reverberou sobre o cristianismo, destaca-se que a mulher foi forçada ao longo dos séculos a adotar uma postura de resignação – como se fosse de fato culpada da desgraça humana.” (Carvalho e Moterani, 2016, p.169). Em decorrência disto, além da submissão forçada através de discursos e violência, a parte da história relativa à mulher foi diminuída ou alterada, quando não, apagada.

Por consequência disso, a mulher é colocada em uma posição em que tem que estar sempre se doando, “elas não são para si mesmas, são para os outros: pai, marido, filhos.” (Barros; Bastos; Rios, 2015, p.3). As que ousam se colocar em primeiro lugar, são xingadas e taxadas de irresponsáveis, ou seja, a sociedade não aceita com “bons olhos” mulheres que são independentes e livres. Logo, a cultura misógina prega a supremacia masculina, estabelecendo como tradição uma hierarquização entre os sexos.

Por conseguinte, a misoginia conforme Ferrer Pérez e Bosch Fiol (2000):

> compreende homens com as chamadas crenças tradicionais, que acreditam em sexos estereotipados, atribuindo supremacia ao homem e inferioridade a mulher. Além disso, não há uma psicopatologia específica para definir esses indivíduos, mas sim, uma série de atitudes próprias e características do estereótipo masculino.

Esse preconceito é demasiadamente grave, pois violenta de diferentes formas as mulheres livres e as mulheres que seguem as normas impostas pela classe dominante, sendo as últimas violentadas mais anonimamente.

Invisibilização da mulher na história

Até certo período da história da humanidade, a maioria das informações eram armazenadas pelos homens. Dessa forma, os mesmos só guardavam acontecimentos que lhe convinham, cito Rezzutti (1972, p.17): “Era muito fácil e cômodo para os homens que escreviam história até o século passado reduzir a figura feminina ao papel de mãe, filha ou esposa de algum outro homem.” Pois, desta maneira, sem informações, fica mais fácil exercer controle sobre as mulheres.

Na maioria dos livros de história, as mulheres são retratadas como mães, esposas, amantes, filhas. É raro encontrarmos informações completas sobre quem verdadeiramente foram essas mulheres, já que na história, à mulher sempre coube o papel de coadjuvante. “Essa nunca foi protagonista da história e nem sequer escreveu a sua própria história, e há durante séculos afirmou-se que nem história elas tinham.” (Barros, Bastos e Rios, 2015, p.8). Por isso, pouco lemos, principalmente na escola, sobre mulheres agentes principais das próprias histórias.

Essa exclusão feminina da história ocorria fortemente no passado. A classe dominante usava a desculpa da tradição para violar a mulher de diversas formas, pois quando comportamentos acontecem repetidamente, passam despercebidos. Assim como afirmam Diotto e Souto (2018, p.5)

> o costume ou a tradição, sem a necessária mediação dos sentimentos e da racionalidade, pode tornar familiar à humanidade a violação dos direitos e dos princípios, a tal ponto que se alguém esteja privado deles não pense em reclamá-los ou mesmo não creia que esteja sofrendo uma injustiça.

Dessa forma, ao logo do tempo as mulheres sofreram diferentes formas de violação e castração. Entretanto, pela sociedade pregar tais atitudes como normais e tradicionais, muitas dessas mulheres não levantaram a voz. As que o fizeram, foram imediatamente caladas ou diminuídas, sendo até mesmo apagadas da história.

Patriarcado disfarçado de boas intenções

O patriarcado está enraizado na sociedade. Não é necessário olhar atentamente para que percebamos que este, está presente em quase todas as esferas da vida humana. Sobre o termo patriarcado:

> O uso de patriarcado enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. O patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais. (Morgante e Nader, 2014)

Este sistema dominador está presente também na escola. Possuindo suas raízes na misoginia, está presente em quase todas as pessoas, inclusive nas mulheres. Por conseguinte, percebe-se no âmbito escolar, desde a linguagem oral até gestos e atitudes machistas, as quais objetificam corpos femininos, ao mesmo tempo em que subjuga as meninas. Portanto, “a menina deve aprender sua identidade sexo linguística para imediatamente renunciar a ela” (Tedeschi, 2007, p. 331).

Quando a menina começa a compreender e a pôr em prática sua própria sexualidade, a sociedade tenta a todo custo reprimi-la. Sendo a escola, um ambiente onde as crianças aprendem a conhecer e a se reconhecerem. Entretanto, não raro, o patriarcado presente nas salas de aula não permite que todas desenvolvam livremente suas sexualidades.

Outro ambiente patriarcal é o ambiente familiar, através da supremacia paterna. Nesta perspectiva, Diotto, Pires e Souto (2017 apud Petersen, 1999) “para que o poder patriarcal se impusesse e perdurasse, foi necessário organizar o poder paterno na família e apoiá-lo numa ideologia que enfatizasse uma hierarquia extrema entre os sexos, legitimando o exercício do poder masculino”. Assim sendo, através do conceito de família, o patriarcado se arraigou fortemente na cultura.

Portanto, o patriarcado começa em casa. Se estendendo até a escola, esse sistema opressor age tanto de forma velada, como exposta. Justificando como boas intenções suas

violências, o patriarcado tenta de diversas maneiras podar as meninas, deixá-las sem personalidade, para que possam ser dominadas facilmente.

Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a necessidade de um novo currículo

É inquestionável a importância da escola no desenvolvimento da criança como um todo, desde o cognitivo até o cultural. A mesma seleciona e organiza elementos culturais necessários a serem aprendidos pelas (os) estudantes de acordo com cada faixa etária. Dessa maneira, no período em que tange aos Anos Inicias do Ensino se traduz como um dos mais importantes, pois:

> Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a criança desenvolve a capacidade de representação, indispensável para a aprendizagem da leitura, dos conceitos matemáticos básicos e para a compreensão da realidade que a cerca, conhecimentos que se postulam para esse período da escolarização. [...] A criança nessa fase tem maior interação nos espaços públicos, entre os quais se destaca a escola. Esse é, pois, um período em que se deve intensificar a aprendizagem das normas da conduta social, com ênfase no desenvolvimento de habilidades que facilitem os processos de ensino e de aprendizagem. (Brasil, 2013, p.10)

Portanto, este momento é crucial na formação do caráter das crianças. Logo, é relevante que a escola, ao elaborar o currículo, leve em consideração a diversidade presente dentro dos seus muros e fora deles. Visto que o sistema educacional tradicional não atende à todas as questões presentes na sociedade, por isso, é imprescindível que o corpo educando desenvolva exercícios e projetos que desconstruam conceitos estereotipados.

Apesar da escola não ser o único agente modelador do caráter do indivíduo, esta contribui fortemente na formação do mesmo. Dado que, seria impossível a criança passar pela instituição escolar ilesa, sem que por ela fosse transformada, cito Louro:

> Não pretendo atribuir à escola nem o poder nem a responsabilidade de explicar as identidades sociais, muito menos de determiná-las de forma definitiva. É preciso reconhecer, contudo, que suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm "eleitos de verdade", constituem parte significativa das histórias pessoais (Louro, 2000, p.56).

Posto isto, é urgente a necessidade de se pensar melhor o modo de ser e fazer a educação, especialmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Visto que aprendizagens tidas nos primeiros anos escolares, criam raízes e contribuem fortemente para como a criança pensará quando estiver adulta.

Logo, é imperativo que o corpo educando abandone o conservadorismo. Pois, este último é patriarcal, não admitindo que a história seja vista a partir da ótica feminina, invisibilizando e excluindo mulheres. E, de forma semelhante, não estimulando a equidade entre os gêneros e o respeito à diversidade, de uma forma ou de outra, observamos a balança sempre pendendo mais para um lado no que toca determinadas questões, por isso:

> Para reverter essa situação, é preciso considerar-se seriamente formas de introduzir o ponto de vista e a experiência feminina na escola e no currículo. Dada a rigidez e conservadorismo dos currículos de história existentes é difícil ver como isso funciona. Certamente isso deveria começar pela formação fornecida nas faculdades de educação e nos cursos de magistério. Um exame do currículo dessas instituições certamente mostraria a pouca ou nula atenção dada à questão do gênero e do patriarcado e suas implicações para o ensino (Tedeschi, 2007, p.336).

Desse modo, é significativo que uma nova realidade seja construída. Tendo noção dos obstáculos imposto pela misoginia e pelo patriarcado presentes em todos os ambientes, essa é uma guerra que deve ser vencida aos poucos, de batalha em batalha. A começar pela formação docente, a qual deve apontar a necessária inclusão da participação feminina na história, não apenas suas, tidas como, más condutas, mas, como, também, seus grandes feitos e realizações.

Diante do acima exposto, não posso deixar de salientar o valioso conhecimento completo que os(as) docentes devem obter. Pois, estes como mediadores do conhecimento dentro das salas de aulas, devem estar abertos a compreender a heterogeneidade e a partir dela trabalhar com as crianças. Outro ponto valoroso são as representatividades que devem estar existentes no processo de formação discente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo da minha vida, conforme minha mãe me ensinava os “bons modos” que uma menina deve ter, crescia em mim uma angústia. Pois, percebi que minha mãe e minhas avós foram criadas para nunca levantarem a voz e sempre passarem despercebidas perante a sociedade. Essas e outras constatações me inspiraram a estudar para que não me tornasse ainda mais vítima do patriarcado.

No decorrer da minha trajetória escolar, especialmente nas aulas de história, não tive a oportunidade de conhecer mulheres protagonistas em acontecimentos importantes. As mulheres sempre foram vistas como o segundo sexo, como as mães, as filhas, as amantes, as esposas. Mas, pouco foi escrito sobre a mulher na política, na luta por seus direitos, como fazendeiras, como juízas, educadoras, cientistas, rezadeiras, parteiras, etc.

Por não ver mulheres que guerreavam em quaisquer batalhas, eu acreditava que a nós, só cabia o papel de donas de casa, boas filhas, boas esposas, boas mães. Por isso, é imprescindível que as escolas deem maior visibilidade àquelas que foram menosprezadas na história. Cito Tedeschi (2007, p. 337)

> A visibilidade da mulher é a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreu ou que praticou, da sua loucura, de seus sentimentos, etc. Sua história é igualmente, a das representações que fazem odiar, como as que cercam as bruxas, as lésbicas, as prostitutas, as rebeldes, as anarquistas, as loucas.

Especialmente nos Anos Inicias do Ensino Fundamental, quando as crianças iniciam o processo de descoberta dos seus corpos e suas sexualidades, é imperioso reconhecer-se em nossas antepassadas.

Entretanto, “é perceptível e assustador que ainda hoje existam relações de dominação masculina fundamentada e legitimada por uma ordem sexual, sustentada pela construção histórica [...]” (Lopes et al, 2019, p. 2). Assim, apesar dos perceptíveis avanços e mudanças em relação à esta questão, ainda é forte a dominação masculina sobre a feminina em diversos ambientes, inclusive na escola.

Dessa forma, é necessário que os (as) profissionais da educação não fiquem passivos diante da misoginia e do patriarcado presentes na educação, tanando-se indispensável pensar no currículo de forma inclusiva, para que a ausência das mulheres não seja vista como normal, como diz Louro (1997, p.63): "A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como 'natural'.".

Deste modo, é crucial a formação de docentes capacitadas (os), que adotem metodologias as quais auxiliem no desenvolvimento integral das crianças, mostrando que as mulheres também fizeram história. Isso por si só não erradicará a misoginia e o patriarcado, mas, já será um começo, pois:

> A dominação masculina na sociedade, na escola, no ensino de história é um fato muito concreto e cotidiano. Agir para contestá-la não é nenhuma tarefa abstrata e distante. Pertence à própria esfera do cotidiano e pode ser enfrentada logo na segunda feira pela manhã, em nossas salas de aula. Mas pode ser iniciada mesmo antes – no domingo à noite e na nossa própria casa (Tedeschi, 2007, p. 338).

Portanto, a escola e as pessoas que nela atuam podem fazer a diferença. Por isso, devem trabalhar para desnaturalizar comportamentos opressivos e deixar as crianças desenvolverem livremente suas sexualidades, dando a merecida visibilidade às mulheres na história é uma das armas que pode ser utilizada para descontruir estereótipos arraigados na cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do acima exposto, percebe-se que a misoginia existe há séculos, e mantém-se até a contemporaneidade. Tal sentimento foi causador de diversas desgraças que acometeram as mulheres no passado, como a caça às bruxas e a invisibilização daquelas que ousaram desafiar o sistema opressor vigente. De igual modo, no presente, é notório a existência de pessoas misóginas, que de alguma forma violentam a mulher e sua existência.

Sistema que perdura até hoje, o patriarcado ainda faz vítimas. Com suas raízes na misoginia, o mesmo, está presente em quase todos os ambientes. Não é necessário um olhar minucioso para que percebamos atitude machistas e opressoras por parte do sexo masculino, até mesmo de mulheres, que de tão oprimidas, tornaram-se opressoras.

O ambiente escolar é um ambiente dos quais o patriarcado exerce seu domínio. Seja por ações próprias da comunidade escolar, seja naturalizando atitudes machistas dentro dos seus muros. A invisibilização da mulher na história é um exemplo da opressão presente na escola, pois, a mesma deveria elaborar um currículo em que trabalhasse no desenvolvimento completo do ser humano.

Portanto, é indispensável que a escola, enquanto ambiente de aprendizagem e desenvolvimento, repense sua metodologia. Pois, a educação é a principal arma para acabar com estereótipos. Dessa maneira, uma mudança no currículo escolar é urgente, de forma a dar mais visibilidade às mulheres na história, assim, como, incentivar às crianças a se descobrirem.

Logo, as mulheres foram muito além que esposas, amantes, mães e filhas. Em diversas áreas e em diversos acontecimentos, as mesmas foram e são protagonistas e lutaram e lutam por seus direitos. Dessa maneira, é importante que seja dada a elas a devida visibilidade e reconhecimento, para que, de igual forma, possamos nos reconhecermos e descobrirmos em suas lutas.

REFERÊNCIAS

BARROS, Edonilce da Rocha.; BASTOS, Adson dos Santos.; RIOS, Pedro Paulo Souza. **Mulheres no Semiárido Brasileiro: Uma História Invisibilizada**. Revista Ouricuri, Paulo Afonso, Bahia, v.5, n.2, p.001-017. jul./ago., 2015. http://www.revistaouricuri.uneb.br | ISSN 2317-0131.

CARVALHO, Felipe Mio de.; MOTERANI, Geisa Maria Batista. **Misoginia: A Violência Contra a Mulher numa Visão Histórica e Psicanalítica**. Avesso do avesso v.14, n.14, p. 167-178, novembro 2016.

CUNHA, A.G. Lexicon: Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. 2007. P. 386,524. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

DIOTTO, Nariel; SOUTO, Raquel Buzatti. **Desigualdade de Gênero e Misoginia: A Violência Invisível**. 10° Jornada de Pesquisa e 9° Jornada de Extensão do Curso de Direito. 2018. Disponível em:< http://metodistacentenario.com.br/jornada-de-direito/anais/10a-jornada-de-pesquisa-e-9a-jornada-de-extensao-do-curso-de-direito/artigos/5-ciencias-criminais-processo-penal-e-direitos-humanos-perspectivas-dialogos-e-embates/desigualdade-de-genero-e-mosoginia_a-violencia-inisivel.pdf>. Acesso em jun 2021.

FERRER PÉREZ, Victoria A.; BOSCH FIOL, Esperanza. **Violencia de género y misoginia: reflexiones psicosociales sobre un posible factor explicativo**. In: Papeles del Psicólogo, n. 75, 2000, p. 13-19, Consejo General de Colegios Oficiales de Psicólogos. Madrid, España. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/778/77807503.pdf. Acesso: 26 maio. 2021.

LIMA, Rivânia da Silva; LOPES, Adiele Nataly Alves; MELO, Claudia Helena Fonseca de.; SILVA, Dyandra Jamylle Rosário da. **Discutindo Feminicídio na Escola: Educar para Prevenir**. *IN:* IX JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, São Luís, Maranhão, Brasil: Universidade Federal do Maranhão, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educando: Pedagogias da Sexualidade**. 2° Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. **O Patriarcado nos Estudos Feministas: Um Debate Teórico**. *In*: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 2014, Rio de Janeiro. Anais. Disponível em:< http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf >. Acesso em: 01 jun 2021.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

REZZUTTI, Paulo, 1972- **Mulheres no Brasil: A História Nunca Contada**/ Paulo Rezzutti. – Rio de Janeiro: LeYa, 2018: il. ISBN 978-85-441-0705-8

SOUZA, Elizeu Clementino de. **O Conhecimento de Si: Narrativas do Itinerário Escolar e Formação de Professores**/ por Elizeu C. de Souza. – 2004.

SOUZA, Elizeu Clementino de. **O conhecimento de si: narrativas do itinerário escolar e formação de professores**/ por Elise C. de Souza. – 2004.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **O Fazer Histórico e a Invisibilidade da Mulher**. OPSIS, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007.